

# Mais força à CDU

## Em defesa da Carris, da CarrisBUS, da CarrisTur e de todos os seus trabalhadores

**Depois de 6 anos de dura luta (2009/2015) derrotámos as inevitabilidades e por proposta e iniciativa do PCP e da CDU foi possível:**

- Acabar com a fusão das empresas Metro, Carris, Transtejo e Soflusa;
- Reverter o processo de privatização da exploração da Carris;
- Reverter o processo de caducidade da contratação colectiva, e repor o primado da contratação colectiva no Orçamento de Estado para 2016, apesar da devolução de direitos, de rendimentos e da contagem integral do tempo ter decorrido de forma faseada nos 2 anos seguintes, por imposição do PS;
- Acabar com o roubo dos complementos de reforma;
- Reverter o roubo dos 4 feriados;
- Reduzir o peso fiscal sobre os trabalhadores e reformados, apesar de não se ter ainda regressado a valores próximos dos praticados antes do saque fiscal das troikas.

Foi ainda possível alcançar alguns outros avanços, e alguns deles importantes. Um exemplo é o do passe social, onde, por iniciativa do PCP e da CDU, foi possível avançar com o alargamento do passe social intermodal a toda a área metropolitana de Lisboa, com redução tarifária trazendo uma significativa redução de custos e um muito significativo aumento da mobilidade a milhares de famílias trabalhadoras. Outro exemplo foi ter conseguido consagrar no processo de municipalização da Carris a total proibição de futura privatização da Carris e/ou das suas participadas.

Mas os compromissos do PS com os grandes grupos económicos continuaram, e foram uma realidade que esteve presente ao longo de todo o mandato. Desde logo, no que diz respeito às questões laborais, onde o que imperou na Assembleia da República foi a união PS/PSD/CDS, que chumbaram a maioria das iniciativas do PCP e da CDU de melhoria da legislação laboral: chumbaram as propostas para o trabalho por turnos e nocturno (que abarcavam as escalas rotativas); chumbaram as propostas de reequilíbrio da contratação colectiva; chumbaram a reposição dos valores do trabalho extraordinário, do trabalho nocturno, etc.

Foram ainda o PS/PSD/CDS quem votou pelo alargamento da idade da reforma dos motoristas,

**Com a CDU  
Avançar mais  
em vez de andar para trás!**

Em defesa do transporte público! Em defesa do carácter público dos sectores estratégicos! Pela valorização do trabalho e dos trabalhadores!

É preciso andar para a frente, e são evidentes os riscos de se andar para trás, nomeadamente através de uma situação política onde um governo PS se encontre de mãos mais livres. A Carris já foi vítima de um exemplo perigoso, com o PS e o BE a aprovar, na Câmara Municipal de Lisboa, a privatização da fiscalização na Carris.

O voto na CDU no próximo dia 6 de Outubro é aquele que melhor contribui para consolidar os avanços conseguidos e que simultaneamente contribui para que se ande para a frente e não para trás.

**Avançar  
é preciso!**

**PCP-PEV**



# Avançar é preciso!

## É compromisso da CDU:

Uma das medidas gravosas que o PS fez aprovar no actual mandato (2015/2019), conjuntamente com o PSD/CDS, foi o alargamento da idade limite para a condução profissional. Esta é uma medida completamente errada, que vai no sentido oposto ao que deveria acontecer.

A CDU compromete-se a apresentar de novo os seus projectos de lei chumbados por PS/PSD/CDS em 2018, que revertiam o aumento da idade limite para a condução profissional, e que garantiam aos motoristas o acesso imediato à reforma sem penalizações assim que atingido esse limite.



Mais força  
à **CDU**

«Trabalho por turnos e profissões de desgaste rápido [incluindo as escalas rotativas no trabalho por turnos]:

Além da limitação legal do trabalho em regime de turnos e de laboração contínua às actividades de natureza social impreterível ao funcionamento da economia devem ser adoptadas medidas de protecção, compensação e reparação para os trabalhadores em regime de turnos, nomeadamente: regime específico de reforma antecipada com a redução da idade de reforma correspondente ao período de prestação de trabalho em regime de trabalho por turnos; a adaptação das disposições relativas à base de incidência da taxa social única, a pagar em contribuições para a Segurança Social, devendo ser incluído no seu cálculo e apuramento a retribuição relativa ao trabalho por turnos, a aplicação de um aumento da TSU das empresas para fazer face a essas exigências; a consideração de limites ao exercício dessa actividade respeitando todos os direitos; o estabelecimento de regimes mais exigentes de medicina no trabalho. As mesmas medidas, com as necessárias adaptações, devem ser aplicadas aos trabalhadores que exercem profissões de desgaste rápido.»

«Aumento de salários, emergência nacional:

(...) A situação actual exige uma elevação progressiva, mas rápida, do nível salarial em Portugal para combater uma injusta distribuição da riqueza, melhorar as condições de vida dos trabalhadores, estimular o mercado interno, alargar as receitas da Segurança Social e travar o esvaziamento do País em jovens qualificados

(...) Esta política de emergência salarial exigirá um conjunto articulado de medidas que assegure o aumento geral dos salários para todos os trabalhadores, a subida do SMN para os 850 euros, o aumento significativo do salário médio, a fixação de um calendário de 5 anos para a convergência com a média salarial da Zona Euro.

Uma forte subida dos salários não é apenas uma exigência de justiça social no Portugal de Abril e numa sociedade que se quer desenvolvida. É uma condição imperiosa para um aumento seguro da produtividade económica e para responder à ausência de mão-de-obra qualificada em tantas empresas e sectores e uma contribuição segura para a sustentabilidade da Segurança Social.»

Excertos do Programa Eleitoral do PCP

